

América Latina

## **Ajuda externa, soluções internas**

João Rocha Páris

A Venezuela vem atravessando uma crise política de natureza interna, a partir do momento em que o Presidente Hugo Chávez, eleito em 1998 através de eleições legítimas e democráticas, passou a ver contestado o seu programa político por um número apreciável de venezuelanos.

Essa contestação tem-se materializado através de vários episódios cujos contornos são, de um modo geral, conhecidos. O seu resultado foi suficientemente preocupante para ter levado a Organização dos Estados Americanos a debruçar-se sobre o assunto, e a adoptar a Resolução 833, em 16 de Dezembro de 2002.

Foi na base dessa Resolução que o Secretário-Geral da Organização, César Gaviria, ex-Presidente da Colômbia, de 1990 a 1994, assumiu o papel de “facilitador” nos esforços conjuntos das delegações governamental e da oposição, agrupada esta numa “Coordenadora Democrática”, tendentes a ultrapassar o diferendo através de uma solução eleitoral, democrática, pacífica e constitucional.

Isto significa que as duas partes envolvidas nesse diferendo, o Governo e a Coordenadora Democrática, reconheceram que a primazia dos esforços para a sua solução deveria ser dada ao diálogo e à negociação, o que é naturalmente de louvar.

Porém, a radicalização de posições – a que não terão sido alheios os acontecimentos de Caracas, de 12 a 14 de Abril do ano passado – mostrou que não seria fácil ultrapassar as dificuldades sem uma certa, embora controlada, “internacionalização” do conflito.

Nasceu, assim, a ideia de criação de um grupo de países para apoiar os esforços do Secretário Geral Gaviria, facto que teve formalmente lugar numa reunião de vários chefes de Estado e de governo da região, realizada em 15 de Junho do ano corrente, em Quito.

A ideia não é nova, e provavelmente inspirou-se em alguns exemplos do passado recente da história da gestão de conflitos internos, em que grupos maiores ou menores de países foram encarregados de colaborar nos esforços de mediação levados a cabo por personalidades exteriores ao conflito, geralmente detentoras de um mandato internacional

para a gestão do problema. Foi assim, e no que diz respeito ao caso de países de língua portuguesa, tanto em Moçambique, como em Angola e em Timor- Leste. A ideia é a de que a experiência e, por serem em regra exteriores ao conflito, a isenção desses países, poderá contribuir para a aproximação de posições e a superação de dificuldades.

Foram convidados para integrar o Grupo dos Amigos da Venezuela o Brasil, o Chile, o México, os Estados Unidos da América, a Espanha e Portugal. O Grupo reuniu-se uma primeira vez em Washington, em 24 de Janeiro de 2003, ao nível de Ministros dos Negócios Estrangeiros. Dessa reunião nasceu a ideia de criar uma estrutura mais operativa, integrada por representantes pessoais dos Ministros, a qual se reuniu já duas vezes, uma em Caracas em 31 de Janeiro e outra em Brasília, em dia 10 de Março findo.

O “Grupo dos Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela”, como formalmente se chama, trabalha em estreita colaboração com o Secretário-Geral Gaviria. É sua missão procurar ajudá-lo, e aos restantes intervenientes no processo negocial (PNUD, Centro Carter e, naturalmente, as delegações Governamental e da Coordenadora Democrática), na procura de uma solução que respeite os quatro critérios contidos na Resolução 833 da OEA, e já atrás mencionados. Por consenso que se gerou no seu interior, o Grupo é coordenado pelo Brasil.

Tem sido ponto de partida da intervenção do Grupo a necessidade de poder dialogar em plena independência com ambas as partes do conflito. De facto, a possibilidade de contribuir de modo útil para a busca de uma solução aceitável para ambas as partes, supõe necessariamente a possibilidade de as ouvir em total liberdade e isenção, tantas vezes quantas forem necessárias. Assim tem acontecido na realidade, e independentemente dos encontros que o Grupo já teve formalmente com representantes das duas partes, durante as reuniões de Caracas e de Brasília, tem igualmente havido outras úteis trocas de impressões com ambas, em diferentes locais e circunstâncias.

Outro ponto de partida fundamental da actuação do Grupo, tem sido a afirmação muito clara de que a responsabilidade de encontro de uma solução para o conflito venezuelano pertence aos próprios venezuelanos. Este ponto, por evidente que pareça, reveste-se de enorme importância e não é, por isso mesmo, demais recordá-lo, dado que será naturalmente irrealista imaginar que seja possível impor com sucesso, do exterior, uma solução para um problema que, como ficou dito, é de natureza estritamente interna.

Igualmente importante é continuar a fazer apelos, dirigidos a ambas as partes, no sentido de ser diminuído o tom agressivo das respectivas comunicações e declarações públicas. A situação de profunda divisão que hoje em dia existe na sociedade venezuelana, entre pró e anti-chavistas, é notória e tem aumentado nos últimos tempos, e é sabida a importância de que se reveste, em tais ambientes, a moderação dos discursos políticos, a fim de ser evitada uma escalada potencialmente perigosa na confrontação entre as pessoas.

Portugal, enquanto membro do Grupo de Amigos da Venezuela, entende que a Declaração contra a violência pela paz e a democracia, aprovada em 18 de Fevereiro pelas delegações do Governo e da Oposição na Mesa de Negociações, foi um passo certo na direcção certa, e espera que a mesma possa influenciar de maneira visível o comportamento de ambas as partes do conflito e, por essa via, contribuir para o aumento da confiança recíproca.

Esta situação de confronto de duas facções na mesma sociedade, profundamente separadas quanto à concepção que cada uma tem da legitimidade dos seus argumentos, só poderá ser ultrapassada se coexistirem elevado sentido dos interesses superiores do país, desejo verdadeiro de reconciliação nacional, vontade política genuína nesse sentido de ambas as partes e, naturalmente, consciência da necessidade de aceitação de concessões mútuas no processo negocial.

Portugal está convencido de que existem condições para que seja possível chegar a uma solução para o problema, que respeite o quadro fixado pela Resolução 833 da OEA. Entendemos que a nação venezuelana, onde estão profundamente enraizadas antigas tradições de democracia política, merece todos os esforços que possam ser levados a cabo para atingir esse objectivo. O povo venezuelano merece esse esforço, e convém não esquecer que nele se contam várias centenas de milhares de nacionais portugueses, de origem ou deles descendentes, que em muito contribuem com o seu trabalho, nos mais variados sectores, para o progresso da sociedade venezuelana.

Pela nossa parte, não nos pouparemos a esforços, no quadro do Grupo dos Amigos da Venezuela, para encorajar o diálogo entre as partes e a procura da reconciliação nacional a que todos os venezuelanos têm direito.